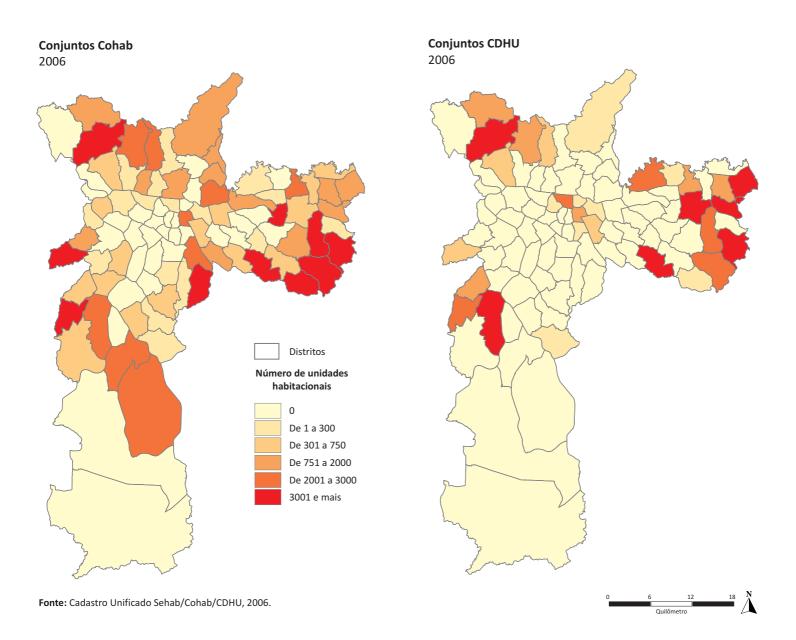
Território e cidadania



A provisão habitacional por parte do Estado tem, via de regra, reforçado o padrão de crescimento periférico e a formação de bairros residenciais monofuncionais. A dificuldade em modificar este tipo de ação esbarra na valorização do solo urbano, que dificulta a produção de moradia social. Mais recentemente, e com apoio da legislação decorrente do Estatuto da Cidade, algumas ações têm mudado este panorama, valendo-se principalmente de instrumentos urbanísticos que garantem a presença de população de baixa renda em áreas mais valorizadas pelo mercado.

A precariedade habitacional reflete distintas estratégias de sobrevivência das classes populares diante das contingências cotidianas. A favela e o cortiço refletem a busca por melhores localizações do ponto de vista da acessibilidade e das relações comunitárias, importantes para a sobrevivência dos pobres. Já os loteamentos, juntamente com os conjuntos habitacionais, são os principais responsáveis pela expansão horizontal da cidade em direção às periferias. Constituem, portanto, soluções mais ligadas à propriedade territorial, mesmo que informal, agravadas pelos altos custos sociais de mobilidade que são requeridos.

56 \ Olhar São Paulo